

Rio Grande quer 'terceirizar' ensino e sindicato recorre ao Ministério Público

Prefeitura justifica contrato de R\$ 14 milhões para atender demandas da área de Educação

JOYCE CUNHA
joycecunha@dgabc.com.br

O edital de chamamento público aberto em outubro deste ano pela Prefeitura de Rio Grande da Serra, que propõe a terceirização da gestão da educação municipal por meio de termo de colaboração com OSC (Organização da Sociedade Civil), é alvo de denúncia pelo Sineduc (Sindicato dos Professores das Escolas Públicas Municipais) da cidade.

Nessa quarta-feira (30), o Poder Executivo publicou o resultado preliminar do processo, que teve como vencedor o Igeve (Instituto de Gestão Educacional e Valorização do Ensino). Há prazo de cinco dias úteis para a apresentação de recursos. O valor do contrato gira em torno de R\$ 14 milhões para um período de um ano.

De um lado, a prefeitura garante que a contratação de OSC é necessária para o aten-

dimento das demandas da rede municipal, que atende cerca de 2.300 alunos, do infantil aos anos iniciais do fundamental (1º ao 5º ano), além de turmas do EJA (Educação de Jovens e Adultos) e AEE (Atendimento Educacional Especializado).

"No início da gestão, estive por um período à frente da Secretaria de Educação. A gente detectou várias demandas e a morosidade para sanar os problemas. A gente optou por esse chamamento pela organização, até mesmo porque isso vai atender as necessidades da cidade de uma forma mais rápida", sustentou a prefeita de Rio Grande da Serra, Penha Fumagalli (PTB).

Por outro lado, o Sineduc aponta a possibilidade da perda de qualidade do ensino municipal e ameaça aos profissionais efetivos caso o processo de contratação seja efetivado. "O risco é a precarização da educação, por-



DENÚNCIA. Sindicato deve ainda ir à Justiça contra terceirização do ensino municipal na cidade

que num terceiro a prioridade nunca é a qualidade. E a extinção dos cargos públicos no setor. A obrigação da prefeitura é propiciar educação de qualidade, contratar pessoas através de concurso público. Obrigação essa que agora está abrindo mão, pas-

sando para a responsabilidade de um terceiro", argumentou a presidente do sindicato, Perla de Freitas.

De acordo com o edital de chamamento da prefeitura, a partir da assinatura do termo de colaboração, passam a ser atribuições da entidade vence-

dora do processo a contratação de 131 profissionais, em regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). Dentre os cargos estão 18 professores de educação infantil, 20 agentes de desenvolvimento infantil, 44 controladores de acesso, 22 auxiliares de me-

renda, 11 merendeiras, coordenadores, um supervisor e seis profissionais de manutenção.

Também integram as ações da OSC contratada a gestão da alimentação escolar e da manutenção predial onze escolas municipais Rio Grande da Serra (uma das unidades municipalizadas).

Questionada sobre o motivo de não realizar concurso público para suprir o déficit de profissionais, a prefeita afirmou que o Executivo Municipal trabalha para realizar reforma administrativa. "Com essas condições de recontratação", disse.

Contra a decisão de terceirizar a gestão educacional, o Sineduc recorreu ao Ministério Público e garantiu que seja feita de forma compartilhada com a prefeitura, o Sineduc recorreu ao Ministério Público e garantiu que estuda outros caminhos judiciais. "Essa é uma tentativa de criar empregos diretos. Estamos passando por um terceiro o que deve ser a responsabilidade da prefeitura", concluiu Freitas.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Setecidades **Página:** 3